

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 09 de maio de 2019 às 07h32*  
*Seleção de Notícias*

## correiobraziliense.com.br | BR

Marco regulatório | Anvisa

Projeto contra propaganda de cigarro volta a polemizar no Senado .....	3
--	---

## STF - Últimas Notícias | BR

Propriedade Intelectual

Lei do Amazonas que isenta entidades filantrópicas de recolher direitos autorais é inconstitucional .....	5
---	---

## Blog Fausto Macedo - Estadão.com | BR

Propriedade Intelectual

Lei Geral de Proteção de Dados: por que precisamos dela? .....	6
--	---

## Blog Jornal do Carro - Estadão.com | BR

Marco regulatório | INPI

Volkswagen registra nome Taos no Brasil .....	8
---	---

## Projeto contra propaganda de cigarro volta a polemizar no Senado

BRASIL



Decisão da relatora da matéria, senadora Leila Barros em adiar a apresentação de relatório provocou surpresa entre os defensores pelo fato de ela ser atleta e ainda ter dúvidas sobre a questão dos malefícios do cigarro à saúde

A senadora Leila é a relatora da matéria na CCJ (foto: Minervino Junior/CB/D.A Press) A senadora Leila Barros (PSB-DF) provocou um burburinho nos corredores do Senado Federal nesta terça-feira (8/05). Relatora do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 769, que veda a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos nos cigarros eletrônicos que confirmam sabor e aroma na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), resolveu adiar a apresentação do relatório na audiência pública do colegiado.

Havia uma expectativa de que o projeto, de 2015, começaria a andar mais rápido tendo como relatora uma atleta. Logo, a decisão de Leila jogou um balde de água fria entre os defensores do projeto. Como o cigarro faz mal à saúde as dúvidas da senadora deveriam ser mínimas. As especulações são de que a senadora teria cedido aos argumentos dos ruralistas ao decidir adiar a apresentação do relatório na CCJ. Agora, os temores são de que a ex-jogadora de vôlei da seleção brasileira inicie uma série de adiamentos

na tramitação do projeto.

Procurada, a assessoria da senadora informou que ela pretende avaliar melhor o projeto e ouvir todas as partes antes de concluir o relatório pois acaba de chegar na Casa. "Diante da complexidade e possíveis impactos do PLS 769/2015, informamos que foi solicitada uma audiência pública para embasar o voto que será proferido", afirmou a nota do gabinete de Leila. "Entendemos que, no processo democrático, é necessário ouvir todas as partes envolvidas para que o processo de tomada de decisão seja justo. Informamos ainda que o requerimento para realização de audiência pública foi protocolado e aprovado na reunião deliberativa da Comissão de Constituição e Justiça do Senado nesta quarta-feira", informou o texto.

Leila fez um requerimento para a realização de uma audiência pública convocando representantes do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, da **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**), da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrael), da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Ampro Tabaco) e do Sindicato Interestadual da Indústria de Tabaco (Sinditabaco). A data ainda não foi definida. "O PLS tem repercussões significativas em áreas importantes como a saúde pública, o contrabando, a segurança pública e a geração de emprego e renda", destacou Leila no requerimento. "Me parece fundamental para a qualificação e o aprofundamento deste debate, que realizemos audiência pública para instrução da matéria", emendou.

De autoria do senador José Serra (PSDB-SP), o PLS 769/2015 vem sendo alvo do lobby da indústria e de agricultores. A justificativa do projeto é que ele tenta zelar pela saúde dos cidadãos, pois o governo gasta muito mais tratando das doenças causadas pelo ci-

Continuação: Projeto contra propaganda de cigarro volta a polemizar no Senado

garro no Sistema Único de Saúde (SUS) do que arrecada com tributos da indústria tabagista. O projeto já passou por quatro comissões no Senado. Ele foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 20 de março e a expectativa era de que, finalmente, ele teria uma tramitação mais rápida na

CCJ. Antes, a matéria passou pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), onde foi recebida em abril de 2017 e aprovada em 28 de novembro de 2018.

## Lei do Amazonas que isenta entidades filantrópicas de recolher direitos autorais é inconstitucional

O Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a Lei 92/2010 do Estado do Amazonas, que isentava associações, fundações ou instituições filantrópicas e entidades oficialmente declaradas de utilidade pública estadual do recolhimento de **direitos** autorais pela execução pública de obras musicais. A decisão, unânime, foi proferida nesta quarta-feira (8) no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5800, ajuizada pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD).

### Usurpação

Em seu voto pela procedência da ADI, o ministro Luiz Fux, relator, explicou que a competência legislativa concorrente em sede de produção e consumo e de responsabilidade por dano ao consumidor não autoriza os estados-membros e o Distrito Federal a disporem dos **direitos** autorais, pois compete privativamente à União legislar sobre direito civil e direito de propriedade e estabelecer regras de intervenção no domínio econômico.

"O direito autoral é um conjunto de prerrogativas conferidas por lei a pessoa física ou jurídica que cria alguma obra intelectual, dentre as quais se destaca o direito exclusivo do autor à utilização, à publicação ou à reprodução de suas obras, como corolário do direito de **propriedade** intelectual (artigo 5º, incisos XXII e XXVII, da Constituição)", assinalou. "No caso, a lei do Amazonas, ao estipular hipótese em que não se aplica o recolhimento dos valores pertencentes aos direitos autorais fora do rol da Lei Federal 9.610/1998, a norma estadual usurpou a competência privativa da União e alijou os autores das obras musicais do seu direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução das obras ou do reconhecimento por sua criação", concluiu o relator.

### CF/AD

23/10/2017 - Questionada lei do Amazonas que isenta associações do recolhimento de retribuição autoral pelo ECAD

## Lei Geral de Proteção de Dados: por que precisamos dela?



Mariana Seleme. Foto: Arquivo Pessoal

No século passado, as empresas e organizações começaram a utilizar computadores para armazenar informações sobre os seus clientes, tais como nome, endereço, telefone e histórico de crédito.

As informações que antes eram conservadas em papéis e arquivos físicos tornaram-se mais acessíveis e compartilháveis. Diante desta facilidade, os dados pessoais coletados passaram a ser utilizados para estabelecer padrões de comportamento, visando acelerar e simplificar a venda de produtos e serviços.

Com o crescente número de instituições usando computadores e acessando estes dados, levantaram-se várias questões, tais como: quem pode acessar referidos dados? quando podem ser acessados? é permitido o acesso sem autorização?

Diante destas indagações, começaram a surgir as preocupações com a transparência na utilização, compartilhamento e armazenamento de dados pessoais.

Acompanhando a tendência mundial, em 14/08/2018 foi publicada a Lei 13.709, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que entrará em vigor em agosto de 2020 e

passará a regulamentar o "tratamento de dados pessoais".

Para a lei, **dados** pessoais são informações relativas à pessoa física que possa ser identificada com apenas uma informação ou que pode ser identificada com o cruzamento de duas ou mais informações.

Já o **tratamento** de dados é toda operação realizada com os dados pessoais, seja a coleta, utilização, remoção e/ou transferência destes dados.

A lei será aplicada tanto para pessoas físicas quanto jurídicas que tratem dados em meios virtuais e físicos, nos âmbitos público e privado, e que preencham pelo menos um dos seguintes requisitos: (i) possuam estabelecimento no Brasil; (ii) ofereçam serviços ao mercado consumidor brasileiro; e/ou (iii) colem e tratem dados de pessoas localizadas no Brasil.

Ressalta-se que as novas medidas não se destinam somente às empresas de tecnologia que operam em meios eletrônicos, mas a todas as empresas, independentemente do tamanho, que exerçam tratamento de dados, inclusive escritórios de advocacia, de contabilidade, consultórios e clínicas médicas, lojas em geral, dentre outros.

Além da necessária adequação à legislação, será de extrema importância o desenvolvimento de uma cultura de proteção de dados por toda população, pois as pessoas precisarão compreender seus direitos e cuidar de seus dados.

Com as imposições legais, as empresas demandarão a criação de uma nova estrutura interna de governança, pois a lei criou três novos cargos para quem realiza atividade de tratamento.

Dentre eles há os agentes de tratamento, que são sub-

Continuação: Lei Geral de Proteção de Dados: por que precisamos dela?

divididos em dois cargos: cargo de **controlador**, responsável por tomar todas as decisões sobre a atividade de tratamento e por determinar quais dados devem ser coletados, e o cargo de **operador**, responsável por realizar o tratamento de dados segundo as instruções do controlador. Na prática, o operador será o sujeito que manuseará os dados em nome do controlador.

Os agentes de tratamento serão sempre responsáveis por qualquer incidente que envolva o descumprimento da legislação, exceto quando provarem que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, que não houve violação à legislação de proteção de dados e/ou que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.

Outro cargo criado pela lei é o de **encarregado**, que será quem intermediará a relação entre o usuário, a empresa e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Também será responsável por adotar medidas de segurança e orientar os agentes de dados sobre a privacidade e as boas práticas necessárias ao tratamento.

É importante ter em mente que a lei não surgiu para impedir que as empresas e organizações colem dados. Ao contrário, surgiu para criar regras visando a segurança de uma sociedade cada vez mais movida a dados.

A criação e aprovação da LGPD é um grande avanço para o Brasil, que ingressa no rol dos países que possuem uma lei exclusiva para regulamentar a política de privacidade de dados pessoais, visando não só garantir direitos individuais, mas também fomentar o desenvolvimento econômico e a inovação através da transparência estabelecida nas relações que envolvam tratamento de dados.

**\*Mariana Seleme**, advogada coordenadora do departamento cível, inovação e tecnologia do Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados. Possui pós graduação em **propriedade** intelectual e comércio eletrônico na Universidade Positivo e está cursando direito digital e tecnologia na FAE.

Mariana Seleme\*

## Volkswagen registra nome Taos no Brasil

Nova nomenclatura poderá batizar vários futuros modelos que serão lançados pela marca. Taos é uma cidade rural nos Estados Unidos

A Volkswagen registrou o nome Taos no **Instituto Nacional de Propriedade Industrial**, o **INPI**. A julgar pela recente metodologia de nomenclaturas da marca, o nome poderá ser dado a um novo SUV ou a uma picape da fabricante.

### INSCREVA-SE NO CANAL DO JORNAL DO CARRO NO YOUTUBE

Entre as possibilidades, estão a nova geração da Saveiro e a versão cupê do SUV grande Atlas. Isso porque outros futuros modelos da marca podem já estar com seus nomes confirmados, como o SUV médio Tarek.

Aliás, a própria picape intermediária antecipada pelo conceito Tarok pode receber um novo nome. A proximidade com o nome Tarek, do SUV médio, pode indicar que a picape pode receber novos emblemas. Embora sejam nomes fortes, é pouco provável que

nomenclaturas tão parecidas cheguem ao mercado.

### SIGA O JORNAL DO CARRO NO INSTAGRAM

Taos pode ser outro SUV

Outra possibilidade é que Taos seja um novo SUV de porte médio-grande. O modelo está nos planos da marca para concorrer com modelos como Toyota SW4 e Chevrolet TrailBlazer. De acordo com a proposta, ele deverá ter preço superior ao Tiguan AllSpace, na casa dos R\$ 200 mil.

Correndo por fora, ainda há a picape do Atlas. De porte grande, o modelo foi antecipado pelo conceito Atlas Tanoak, mas o nome final ainda não foi confirmado.

Não por acaso, Taos é uma pequena cidade do estado americano do Novo México. Com ares rurais, a cidade certamente tem a ver com o caráter do futuro Volkswagen. Curiosamente, Taos fica próximo de outro nome de um SUV conhecido, Santa Fe.

## Índice remissivo de assuntos

**Marco regulatório | Anvisa**  
3

**Propriedade Intelectual**  
5, 6

**Marco regulatório | INPI**  
8